

*Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S, S.A.*

## **Demonstrações Financeiras**

**31 de dezembro de 2013**

*Fevereiro de 2014  
Este relatório contém 26 páginas*

*Capital Social 1.000.002.375 Euros – matricula na CRCL com o número único de matricula e identificação de pessoa coletiva 507 112 741 –  
Sede Av. Dr. Mário Soares, Tagus Park, Edifício 10 • 2744-002 PORTO SALVO*

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'L' and 'J'.*

## CONTEÚDO

	<u>Pág.</u>
<b>I</b>	<b>Demonstrações financeiras</b>
	Demonstração dos resultados 3
	Demonstração do rendimento integral 3
	Balanço 4
	Demonstração das alterações no capital próprio 5
	Demonstração dos fluxos de caixa 5
<b>II</b>	<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>
<b>II.1</b>	<b>Políticas contabilísticas</b> 6
<b>II.2</b>	<b>Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas</b> 10
<b>II.3</b>	<b>Notas à demonstração dos resultados</b>
Nota 1	Fornecimentos e serviços externos 11
Nota 2	Gastos com o pessoal 11
Nota 3	Juros e gastos similares 11
<b>II.4</b>	<b>Notas ao balanço</b>
Nota 4	Participações financeiras 12
Nota 5	Outros ativos financeiros 13
Nota 6	Caixa e depósitos bancários 13
Nota 7	Capital, reservas e resultados transitados 13
Nota 8	Estado e outros entes públicos 14
Nota 9	Outras contas a pagar 14
<b>II.5</b>	<b>Outras notas</b>
Nota 10	Transações com partes relacionadas 15
Nota 11	Justo valor 15
Nota 12	Passivos contingentes e compromissos 16
Nota 13	Exposição à dívida de países da União Europeia em situação de <i>bailout</i> 16
Nota 14	Gestão de riscos 16
Nota 15	Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas 20
<b>III</b>	<b>Relatório dos auditores</b>

Ch. A. v. 87

# I Demonstrações financeiras

## Demonstração dos resultados

Rendimentos e Gastos	Notas	Eur	
		2013	2012
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	10	240.500.000	4.500.000
Fornecimentos e serviços externos	1	(389.433)	(51.825)
Gastos com o pessoal	2	(31.375)	(31.830)
Outros rendimentos e ganhos		58.029	1.528
Outros gastos e perdas		(7.380)	(70)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>240.129.842</b>	<b>4.417.802</b>
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>240.129.842</b>	<b>4.417.802</b>
Juros e gastos similares obtidos	3	1.208.037	4.141.716
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>241.337.878</b>	<b>8.559.518</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício	8	(206.672)	(1.152.122)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>241.131.206</b>	<b>7.407.396</b>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





## Demonstração do rendimento integral

Itens que poderão ser reclassificados para resultados

Reserva de reavaliação

Total rendimento integral

Resultado líquido do exercício

**Total do rendimento integral**

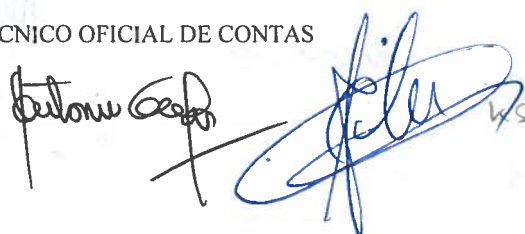
Eur	
2013	2012
(29.327)	-
(29.327)	-
241.131.206	7.407.396
<b>241.101.879</b>	<b>7.407.396</b>



## Balanço

Ativo	Notas	Eur	
		2013	2012
<b>Ativo não corrente</b>			
Participações financeiras	4	999.953.125	999.953.125
Outros activos financeiros	5	145.115.346	-
		<b>1.145.068.471</b>	<b>999.953.125</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Acionistas/sócios	10	162.731.403	98.200.000
Estado e outros entes públicos	8	627.664	-
Caixa e depósitos bancários	6	21.023.905	10.487.701
		<b>184.382.972</b>	<b>108.687.701</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.329.451.443</b>	<b>1.108.640.826</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital realizado		1.000.002.375	1.000.002.375
Reservas legais		8.557.667	8.187.297
Resultados transitados		59.593.224	92.556.198
Ajustamentos em activos financeiros		(29.327)	-
Resultado liquido do exercício		241.131.206	7.407.396
<b>Total do capital próprio</b>	7	<b>1.309.255.145</b>	<b>1.108.153.266</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Estado e outros entes públicos	8	119	484.499
Acionistas/sócios		46	52
Outras contas a pagar	9	20.196.133	3.009
<b>Total do passivo</b>		<b>20.196.298</b>	<b>487.560</b>
<b>Total do Capital Próprio e Passivo</b>		<b>1.329.451.443</b>	<b>1.108.640.826</b>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO




## Demonstração das alterações no capital próprio

	Eur					
	Capital	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio
<b>Saldos em 01 de Janeiro de 2012</b>	<b>1.000.002.375</b>	-	<b>7.717.054</b>	<b>83.621.593</b>	<b>9.404.848</b>	<b>1.100.745.870</b>
Transferência de resultados	-	-	470.243	8.934.605	(9.404.848)	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	7.407.396	7.407.396
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>1.000.002.375</b>	-	<b>8.187.297</b>	<b>92.556.198</b>	<b>7.407.396</b>	<b>1.108.153.266</b>
Transferência de resultados	-	-	370.370	7.037.026	(7.407.396)	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	(29.327)	-	-	-	(29.327)
Distribuição de dividendos	-	-	-	(40.000.000)	-	(40.000.000)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	241.131.206	241.131.206
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>1.000.002.375</b>	<b>(29.327)</b>	<b>8.557.667</b>	<b>59.593.224</b>	<b>241.131.206</b>	<b>1.309.255.145</b>

## Demonstração dos fluxos de caixa

	Eur	
	2013	2012
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>		
Resultado líquido do exercício	241.131.206	7.407.396
<i>Ajustamentos por:</i>		
Variação nos impostos ativos / passivos	(1.112.044)	60.352
<i>Variações nos ativos e passivos operacionais</i>		
Devedores diversos	(64.531.403)	15.813
Credores diversos	20.193.118	667
	<b>195.680.877</b>	<b>7.484.228</b>
<b>Fluxos de caixa de atividades de investimento</b>		
Variações nos ativos financeiros disponíveis para venda	<b>(145.144.673)</b>	-
<b>Dividendos pagos</b>	<b>(40.000.000)</b>	-
<b>Variação líquida em caixa e equivalentes</b>	<b>10.536.204</b>	<b>7.484.228</b>
Caixa e equivalentes no início do período	10.487.701	3.003.473
<b>Caixa e equivalentes no final do período</b>	<b>21.023.905</b>	<b>10.487.701</b>

## II Notas explicativas às demonstrações financeiras

### II.1 Políticas contabilísticas

#### a) Bases de apresentação

A Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., ('Millenniumbcp Ageas' ou 'Sociedade'), é uma sociedade privada, constituída em Portugal por escritura em 28 de Setembro de 2004, sendo detida pelo Grupo Ageas (51%) e pelo Banco Comercial Português, S.A. (49%).

A Sociedade tem por objetivo único a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas. Neste âmbito pode prestar serviços técnicos de administração e gestão às sociedades em que possua participação, de acordo com os estatutos e as leis aplicáveis, e pode adquirir participações em qualquer outra sociedade.

Na sequência do contrato estabelecido em Julho de 2004 entre o Banco Comercial Português, S.A., e o Grupo Ageas, a Millenniumbcp Ageas adquiriu a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A., Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., Pensõesger – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e a Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. O referido contrato foi sujeito à condição suspensiva de não oposição pelas Entidades Reguladoras. As referidas autorizações pelas entidades reguladoras nacionais foram obtidas em Dezembro de 2004, permitindo a efetivação do contrato. As ações foram legalmente transferidas em Janeiro de 2005, data em que foi obtido o controlo sobre as subsidiárias.

A partir de 1 de Janeiro de 2010, no âmbito do disposto no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, Art.º 4.º, a Sociedade adotou as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), adotadas no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC"), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras da Millenniumbcp Ageas agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e foram preparadas de acordo com os IFRS adotados pela União Europeia até 31 de dezembro de 2013.

As demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 26 de fevereiro de 2014.

Em 2013, a Sociedade adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2013, conforme referido na nota 15.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão expressas em Euros. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos outros ativos financeiros ao justo valor através de reservas. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que o Conselho de Administração efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos reportados. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, resultando da avaliação presente e esperada, dos futuros benefícios e obrigações associados.

Os resultados reais podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota II.2.



b) *Investimentos em subsidiárias*

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a Millenniumbcp Ageas exerce controlo, que normalmente é presumido quando a Millenniumbcp Ageas detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a Millenniumbcp Ageas detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

As subsidiárias são mensuradas ao custo de aquisição, sujeitas a teste de imparidade.

c) *Ativos financeiros*

*Classificação*

A Millenniumbcp Ageas classifica os seus ativos financeiros no início da transação considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros disponíveis para venda - Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Millenniumbcp Ageas tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias.
- Empréstimos concedidos e contas a receber - Esta categoria inclui valores a receber relacionados com operações correntes.

*Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento*

Aquisições e alienações de ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos concedidos e contas a receber, são reconhecidos na data da negociação ("*trade date*"), ou seja, na data em que a Millenniumbcp Ageas se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais da Millenniumbcp Ageas de recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Millenniumbcp Ageas tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) ainda que retenha alguns mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Millenniumbcp Ageas tenha transferido o controlo sobre estes activos.

*Mensuração subsequente*

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes ativos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("*bid-price*"). Na ausência de cotação, a Millenniumbcp Ageas estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Handwritten notes and signatures at the bottom right of the page, including a large '7' and the word 'Juro'.

#### *Reclassificação entre categorias*

A Millenniumbcp Ageas apenas reclassifica activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros a deter até à maturidade, se tiver a intenção e capacidade de os manter até à maturidade.

As reclassificações entre estas categorias são efectuadas ao justo valor dos activos reclassificados na data da reclassificação. A diferença entre este justo valor e o valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade, com base no método da taxa de juro efectiva. A reserva de justo valor na data da transferência é igualmente reconhecida em resultados até à maturidade, com base no método da taxa de juro efectiva.

A Millenniumbcp Ageas não adotou esta possibilidade nos períodos a que se referem as demonstrações financeiras apresentadas

#### *Imparidade*

A Millenniumbcp Ageas avalia regularmente se existe evidência objectiva que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, se encontra em situação de imparidade. Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para títulos representativos de capital, um significativo ou prolongado declínio no seu justo valor, abaixo do respectivo custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com a política contabilística da Millenniumbcp Ageas, 25% ou 12 meses, assumem-se como sendo, respectivamente, declínios significativos ou prolongados no justo valor de títulos representativos de capital, abaixo do seu custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se, num período subsequente, o montante da perda por imparidade diminuir, e essa diminuição for objectivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, o montante de perda por imparidade previamente reconhecida é revertida por resultados até à reposição do custo de aquisição, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

#### *d) Caixa seus equivalentes e depósitos à ordem*

Esta rubrica engloba os valores registados no balanço cuja maturidade é inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

#### *e) Compensação de instrumentos financeiros*

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### *f) Passivos financeiros*

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem fornecedores, empréstimos e outras contas a pagar. Estes passivos financeiros são registados (1) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (2) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

#### *g) Operações em moeda estrangeira*

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.



Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio na data da transação.

*h) Impostos sobre lucros*

Os impostos sobre lucros resultam do imposto corrente e do imposto diferido. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que serão também registados por contrapartida em capitais próprios. Os impostos correntes são apurados de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

*i) Provisões*

São reconhecidas provisões quando (1) a Millenniumbcp Ageas tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (2) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (3) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas

*j) Reconhecimento de rendimentos de serviços*

Os rendimentos de serviços são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

*k) Reconhecimento de juros*

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

*l) Dividendos*

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

↓  
9  
JANU

## II.2 Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Millenniumbcp Ageas são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Sociedade e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Millenniumbcp Ageas é apresentada na anterior Nota II.1 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Millenniumbcp Ageas poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

### *Imparidade de investimentos em subsidiárias*

A Millenniumbcp Ageas efetua o teste de imparidade dos investimentos em subsidiárias, tendo por base a estimativa do valor atual dos *cashflows* esperados associados a cada ativo.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade por reconhecer, com o consequente impacto nos resultados da Millenniumbcp Ageas.

### *Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda*

A Sociedade determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor abaixo do respectivo custo de aquisição, ou quando tenha identificado um evento com impacto nos *cash flows* futuros estimados dos activos. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento, baseado em informação relevante disponível, incluindo a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros.

Deste modo, para instrumento de capital, considerando a elevada volatilidade do mercado, um declínio (i) de 25% no justo valor relativamente ao custo de aquisição é considerado pela Sociedade como uma desvalorização significativa e (ii) que persista por mais de 12 meses é assumido como uma desvalorização prolongada. Para títulos de dívida, considera-se que os mesmos estão em situação de imparidade quando existe evidência objectiva que um ou mais eventos têm um impacto nos *cash flows* futuros estimados destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Sociedade

### *Impostos sobre os lucros*

A Millenniumbcp Ageas encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Millenniumbcp Ageas, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração Millenniumbcp Ageas, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

## II.3 Notas à demonstração dos resultados

### Nota 1 – Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos incluem maioritariamente o montante de Euros 388.118 (2012: Euros 49.721) relativos a trabalhos especializados.

### Nota 2 – Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal incluem maioritariamente o montante de Euros 29.875 (2012: Euros 31.375) referentes a remunerações pagas ao Conselho Fiscal.

### Nota 3 – Juros e gastos similares obtidos

Os juros e gastos similares obtidos são analisados como segue:

	Eur	
	2013	2012
Juros de empréstimos de financiamento	1.189.206	3.931.748
Juros de depósitos bancários	15.732	209.968
Rendimentos investimentos disponíveis para venda - dívida pública	3.099	-
<b>Total</b>	<b>1.208.037</b>	<b>4.141.716</b>

Em 2013 e 2012, os Juros de empréstimos de financiamento referem-se aos empréstimos concedidos à subsidiária Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A., conforme nota 10.

## II.4 Notas ao balanço

### Nota 4 – Participações financeiras

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as empresas subsidiárias da Millenniumbcp Ageas eram as seguintes:

Subsidiárias	Sede	Atividade Económica	Capital (Euro)	% participação do Grupo
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	Lisboa	Seguros	12.500.000	100
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	Lisboa	Seguros de Vida	22.375.000	100
Médís – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.	Lisboa	Seguros	12.000.000	100
Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Lisboa	Gestão de Fundos de Pensões	1.200.000	100

O valor das participações financeiras da Millenniumbcp Ageas nas suas subsidiárias, são analisadas como segue:

	Euros
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	864.952.375
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	80.000.000
Médís – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.	30.000.000
Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	25.000.000
	<u>999.952.375</u>

Como referido nas políticas contabilísticas, a Millenniumbcp Ageas efetuou uma revisão ao valor recuperável dos investimentos nas subsidiárias, tendo concluído pela inexistência de perdas por imparidade que devessem ser reconhecidas. O teste de imparidade foi efetuado com base no orçamento a 3 anos de cada uma das unidades de negócio, aprovado pelo Conselho de Administração da Sociedade, considerando uma taxa de crescimento a longo prazo de 2%. O valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados foi calculado utilizando uma taxa de desconto média de 12,8% (2012: média de 14%).

Adicionalmente, na rubrica de participações financeiras, à data de 31 de dezembro de 2013 e 2012, encontra-se registado o montante de Euros 750, relativo à participação detida na Millenniumbcp – Prestação de Serviços, A.C.E.

## Nota 5 – Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2013 o saldo da conta pode ser analisado como se segue:

	2013		
	Custo amortizado	Valias não realizadas	Total
Divida pública	124.951.778	(17.527)	124.934.251
Obrigações de outros emissores	20.031.800	(11.800)	20.020.000
Juros a receber	161.095	-	161.095
<b>Total</b>	<b>145.144.673</b>	<b>(29.327)</b>	<b>145.115.346</b>
Dos quais:			
Nível 1			145.115.346
Nível 2			-
Nível 3			-
			<b>145.115.346</b>

De acordo com o IFRS 13, os ativos financeiros detidos para negociação podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

## Nota 6 – Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta conta corresponde na totalidade a depósitos bancários.

## Nota 7 – Capital, reservas e resultados transitados

### Capital

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o capital da Millenniumbcp Ageas, Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., de Euros 1.000.002.375, representado por 200.000.475 ações de valor nominal Euros 5 cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

Os acionistas da Millenniumbcp Ageas são como segue:

	Nº ações	% participação
Banco Comercial Português, S.A. (*)	98.000.233	49
Ageas Insurance International, N.V.	102.000.242	51
	<b>200.000.475</b>	<b>100</b>

(\*) Através do BCP Investments BV, detida a 100% pelo Banco Comercial Português, S.A.

#### *Ajustamentos em activos financeiros (reserva de justo valor)*

A reserva de justo valor corresponde ao valor acumulado das variações de justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda, de acordo com a política contabilística descrita na nota II.1 c).

#### *Reservas legais*

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Sociedade, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do seu capital social.

#### *Resultados transitados*

De acordo com proposta aprovada na Assembleia Geral realizada a 3 de janeiro de 2013, a Millenniumbcp Ageas distribuiu aos seus acionistas o montante de Euros 40.000.000, relativos a resultados transitados.

### **Nota 8 – Estado e outros entes públicos**

A Millenniumbcp Ageas determinou a carga fiscal do ano com base numa taxa de imposto de 26,5% (taxa nominal de 25% mais 1,5% de derrama municipal).

As declarações de autoliquidação da Sociedade ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos, o qual é alargado para seis anos no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Sociedade que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2013, os saldos relativos a Estado e outros entes públicos, no montante de Euros 627.664, referem-se na totalidade a impostos correntes (2012: passivo de Euros 484.499).

Com relação ao imposto corrente sobre o rendimento registado nos resultados de 2013 e 2012, no montante de Euros 206.672 e Euros 1.152.122, respectivamente, a reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	2013	2012
Resultado antes de impostos	241.337.878	8.559.518
Taxa de imposto	26,5%	29,0%
Imposto calculado com base na taxa de imposto	63.954.538	2.482.260
Dividendos excluídos de tributação	(63.732.500)	(1.305.000)
Outras diferenças permanentes	(15.366)	(25.138)
	<b>206.672</b>	<b>1.152.122</b>

### **Nota 9 – Outras contas a pagar**

Em 2013, a rubrica Outras contas a pagar inclui maioritariamente o montante de Euros 20.193.000, relativo a operações por liquidar decorrentes da compra de activos financeiros nos últimos dias do ano, e que ainda não haviam sido liquidados à data do Balanço.



## II.5 Outras notas

### Nota 10 - Transações com partes relacionadas

A análise das transações com partes relacionadas em 2013 e 2012, é analisada como segue:

						Eur
Balanço	Grupo BCP	Ocidental Vida	Ocidental Seguros	Médias	Pensões gere	Total
Participações financeiras	750	864 952 375	80.000.000	30.000.000	25.000.000	999 953 125
Empréstimos concedidos	-	162 731 403	-	-	-	162 731 403
Caixa e depósitos bancários	21 023 905	-	-	-	-	21 023 905
<b>Total ativo</b>	<b>21 024 655</b>	<b>1 027 683 778</b>	<b>80.000.000</b>	<b>30.000.000</b>	<b>25.000.000</b>	<b>1 183 708 433</b>
<b>Total passivo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Líquido ativo/passivo 2013</b>	<b>21.024.655</b>	<b>1.027.683.778</b>	<b>80.000.000</b>	<b>30.000.000</b>	<b>25.000.000</b>	<b>1.183.708.433</b>
<b>Líquido ativo/passivo 2012</b>	<b>10.488.451</b>	<b>963.152.375</b>	<b>80.000.000</b>	<b>30.000.000</b>	<b>25.000.000</b>	<b>1.108.640.826</b>

						Eur
Demonstração de resultados	Grupo BCP	Ocidental Vida	Ocidental Seguros	Médias	Pensões gere	Total
Dividendos	-	211.000.000	14.000.000	-	15.500.000	240.500.000
Juros de depósitos	15.732	-	-	-	-	15.732
Juros de empréstimos	-	1 189 206	-	-	-	1 189 206
<b>Total rendimentos</b>	<b>15.732</b>	<b>212 189 206</b>	<b>14.000.000</b>	<b>-</b>	<b>15.500.000</b>	<b>241.704.938</b>
<b>Total gastos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Líquido rendimentos/gastos 2013</b>	<b>15.732</b>	<b>212.189.206</b>	<b>14.000.000</b>	<b>-</b>	<b>15.500.000</b>	<b>241.704.938</b>
<b>Líquido rendimentos/gastos 2012</b>	<b>209.968</b>	<b>3.931.748</b>	<b>4.500.000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.641.716</b>

As transações com Partes relacionadas, que não relativas à distribuição de dividendos, foram efetuadas em termos equivalentes aos que prevalecem no mercado em transações similares.

### Nota 11 – Justo valor

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor é estimado através de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de *cash flows*. Nesta base, o justo valor estimado é influenciado por pressupostos usados nesses modelos de valorização, que necessariamente incorporam algum nível de incerteza, e reflectem exclusivamente o valor atribuídos aos diferentes instrumentos financeiros.

Os principais métodos e pressupostos utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos da Sociedade são os seguintes:

#### Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

#### Outros ativos financeiros (Ativos financeiros disponíveis para venda)

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é baseado em preços de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor é estimado através de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de *cash flows*, usando curvas de taxa de juro de mercado, ajustadas por factores como risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e maturidades. As curvas de taxa de juro baseiam-se em informação divulgada por *providers* de informação financeira, tal como a Reuters ou Bloomberg.

No caso das ações não cotadas, as mesmas são registadas ao custo histórico, quando não existam preços de mercado disponíveis e não seja possível estimar o seu justo valor com fiabilidade.

*Devedores, Credores e Outras contas a receber e a pagar*

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos e passivos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

## **Nota 12 – Passivos contingentes e compromissos**

### **Passivos contingentes**

A Sociedade não está diretamente envolvida em processos judiciais em Portugal.

### **Garantias**

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não havia garantias prestadas ou recebidas.

## **Nota 13 – Exposição à dívida de países da União Europeia em situação de bailout**

Com referência a 31 de dezembro de 2013, a exposição à dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout* é apresentada em seguida:

País	Eur					
	Valor contabilístico	Justo valor	2013 Reserva de justo valor	Taxa de juro média %	Maturidade média	Nível de valorização
<b>Portugal</b>						
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Level 1	19.957.000	19.957.000	(16.325)	0,0%	0,2	L1
<b>Total</b>	<b>19.957.000</b>	<b>19.957.000</b>	<b>(16.325)</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,2</b>	<b>-</b>

## **Nota 14 – Gestão de riscos**

A Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. dedica-se à gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indireta de exercício de atividades económicas e assumir riscos é intrínseco na forma como a empresa cria valor para os seus acionistas e participadas. O objetivo é, por conseguinte, assegurar que os riscos inerentes podem ser identificados e geridos de forma eficaz dentro de um sistema de gestão de risco devidamente implementado. A Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. assume que uma boa gestão de risco é a chave para garantir um crescimento rentável sustentável e, consequentemente, uma competência nuclear.

### **Modelo de Governo do Risco**

Dentro do modelo de governo da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. está implementada uma estrutura organizacional de gestão de risco, que interage ativamente com a estrutura de gestão de risco do Grupo Ageas.

A gestão de risco na Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. está suportada num processo com princípios de orientação e num quadro robusto e formalizado. O sistema de Gestão de Risco é definido através de um conjunto de regulamentos, normas de conduta, limites e padrões mínimos de aceitação de riscos pré-identificados

A função de gestão de risco na Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. está centralizada no *Chief Risk Officer* (CRO) que acumula com as funções de *Chief Financial Officer* (CFO).

### **Taxonomia de Risco**

Para garantir uma abordagem coerente e abrangente visando a identificação de riscos, avaliação, monitorização e reporte, dentro da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. está implementada uma Taxonomia de Risco que define as diferentes categorias de risco que podem afetar transversalmente a Sociedade.

Para a Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. os Riscos Estratégicos e Financeiros são os que estão inteiramente ligados a esta Sociedade.

# Taxonomia de Risco

Estratégico

Financeiro

## Riscos Estratégicos

Os riscos estratégicos cobrem fatores externos e internos que podem afetar a capacidade da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. em cumprir o seu plano de negócios atual e também de se posicionar para o contínuo crescimento e criação de valor. Isso inclui alterações no ambiente externo, incluindo o ambiente regulamentar e económico, no panorama competitivo ou no ambiente geopolítico.

Na Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. os riscos estratégicos são geridos através do processo *Key Risk Reporting* (KRR), o qual também contribui para a elaboração e implementação da resposta adequada a nível estratégico. O *Key Risk Reporting* é o resultado do processo de identificação e avaliação dos principais riscos que podem impactar negativamente na realização dos objetivos estratégicos da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.. Adicionalmente, estão em desenvolvimento outros processos relevantes para a gestão global dos Riscos Estratégicos.

## Riscos Financeiros

### Modelo de Governo dos Riscos Financeiros

O *Risco Financeiro* decorre do risco de perda, quer de alterações adversas das flutuações no nível e na volatilidade dos preços de mercado dos ativos, passivos e outros instrumentos financeiros, denominados *Riscos de Mercado* ou de eventuais perdas devido ao comportamento inesperado de devedores ou contrapartes de ativos de investimentos denominado *Risco de Incumprimento*.

O modelo de governo relacionado com os *Riscos Financeiros* na Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. está claramente definido e pode ser resumido da seguinte forma:

- O Conselho de Administração da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. aprova a estratégia de investimentos;
- As decisões de investimento na Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. são da responsabilidade do *Chief Financial Officer* e do Departamento de Investimentos. Para além disso o *Chief Financial Officer* tem responsabilidades na gestão dos riscos financeiros, as quais são delegadas no Comité de Riscos, no Comité de Gestão de Ativos (subcomité do Comité de Risco) e no Comité Estratégico de Investimentos;
- O Departamento de Gestão de Riscos e Atuariado:
  - É responsável pela *Strategic Asset Allocation* (SAA), bem como pelo relatório sobre a exposição de riscos financeiros da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.;
  - Propõe novas estratégias de investimento (resultado da SAA) e fornece informações relacionadas ao Comité de Risco e ao *Chief Financial Officer*;
  - Reporta sobre a adesão à Estratégia de Investimento e políticas relevantes;
  - Apoia medidas (incluindo a mitigação do risco) executadas sempre que necessário, especialmente para evitar ou corrigir os limites definidos (ou seja, limites ligeiros).
- A Função de Investimentos:
  - Desenvolve a Gestão Operacional de Investimentos;

- Desenvolve a estratégia de investimento (alocação estratégica) em conformidade com as restrições de risco e a SAA. Caso a responsabilidade seja delegada a um gestor externo de ativos (F&C Portugal), a função de Investimentos fornece uma orientação clara aos gestores de ativos, monitorizando a relação com o F&C Portugal, as suas decisões e ações, por forma a maximizar o retorno;
  - Informar sobre a exposição aos limites definidos pelo AMC/Comité de Risco ou por Reguladores locais.
- O comité de riscos:
    - É responsável pela aprovação dos limites de risco, monitorizando o seu cumprimento.
  - O Risk Officer tem como principais funções:
    - Propor os limites do apetite ao risco bem como as restrições aos riscos agregados;
    - Emitir parecer sobre a adequação das políticas de risco;
    - Integrar os Comités de Risco/Gestão de Ativos (AMC);
    - Dar parecer sobre a estratégia global anterior à aprovação pelo Conselho de Administração.

A Gestão de *Riscos Financeiros* na Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. é construída em torno de quatro elementos principais:



#### Gestão dos Riscos Financeiros

Os Riscos Financeiros, de acordo com a Taxonomia de Risco da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., estão divididos nas seguintes categorias:





### Risco de Incumprimento

O *Risco de Incumprimento* reflete possíveis perdas decorrentes da incapacidade de uma contraparte e/ou devedores cumprirem os termos acordados. O âmbito da definição deste risco inclui o incumprimento em ativos de investimento (obrigações, ações, etc.).

Tendo em conta a possibilidade de sobreposição entre o risco de *spread* e do *Risco de Incumprimento*, a taxonomia de risco da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. foi elaborada por forma a assegurar que todos os riscos relacionados com o crédito estão identificados e cobertos por um dos tipos de risco referidos, não havendo lugar à dupla contabilização.

### Riscos de Mercado

Os ativos e passivos da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. são geridos com o objetivo de maximizar valor para o acionista, proporcionar um crescimento sólido, melhorar a rentabilidade, cumprir com as necessidades do cliente e proteger a Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. contra qualquer consequência financeira decorrente de alterações nas taxas de juro, câmbio, *spreads*, ações, etc. O risco de perda ou de provocar alteração da situação financeira resultante, direta ou indiretamente, de flutuações no nível e na volatilidade dos preços no mercado de ativos, passivos e instrumentos financeiros, é definido na Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. como *Risco de Mercado*.

A diversificação é uma das ações de mitigação utilizada pela Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. para reduzir o risco de mercado, e por conseguinte são realizadas monitorizações à carteira de títulos de investimento no âmbito das classificações, indústrias, mercados e países.

Enquanto parte do *Risco de Mercado*, o *Risco de Câmbio* surge de alterações no nível ou na volatilidade das taxas de câmbio da moeda (Eur) face à divisa de referência dos ativos e passivos.

Qualquer ativo financeiro está expresso numa moeda específica e o risco de câmbio origina uma alteração da taxa de câmbio de uma moeda para a moeda de referência da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. (Eur).

A Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. definiu que todo risco de câmbio deverá ser coberto.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimento por tipo de ativo (excluindo juros acumulados):

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS [EUR]	2013	%
Ativos financeiros disponíveis para venda	145.115.346	
Dívida pública	124.934.250	86,1%
Obrigações	20.181.096	13,9%
Total	145.115.346	

As obrigações detidas pela Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. são decompostas por tipo de indústria:

OBRIGAÇÕES POR TIPO DE INDÚSTRIA [EUR]	Ativos financeiros disponíveis para venda	
	2013	
	Valor	%
Dívida pública	124.934.250	86,1%
Instituições financeiras	20.181.096	13,9%
	145.115.346	100,0%

A tabela seguinte mostra a qualidade creditícia dos valores mobiliários (com base em ratings externos ou equivalentes):

OBRIGAÇÕES POR NOTAÇÃO DE RATING (EUR)	Ativos financeiros disponíveis para venda	
	2013	
	Valor	%
AAA	34 991 250	24,1%
AA	90 167 096	62,1%
BB	19 957 000	13,8%
<b>Total</b>	<b>145.115.346</b>	<b>100,0%</b>
Dívida pública	124 934 250	86,1%
Obrigações	20 181 096	13,9%
<b>Total</b>	<b>145.115.346</b>	<b>100,0%</b>

Para depósitos (baseados em notações de rating externas ou equivalentes) os números são os seguintes:

	2013		2012	
	Valor	%	Valor	%
Depósitos em Instituições de Crédito Notação de Rating - B	21.023.905	100,0%	10.487.701	100,0%
<b>Total</b>	<b>21.023.905</b>	<b>100,00%</b>	<b>10.487.701</b>	<b>100,00%</b>

## Nota 15 – Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Sociedade aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras são as seguintes:

### IAS 19 (Alterada) - Benefícios dos empregados

O IASB emitiu, em 16 de Junho de 2011, alterações à “IAS 19 - Benefícios dos empregados”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de Junho.

A Sociedade não teve impacto na adoção destas alterações.

### Apresentação de itens em outro rendimento integral – alteração da IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras

O IASB emitiu, em 16 de Junho de 2011, alterações à “IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2012. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de Junho.

Como resultado da alteração à IAS 1, a Sociedade modificou a apresentação de itens de Outro Rendimento Integral (OCI) na demonstração de Rendimento Integral, de forma a apresentar separadamente os itens que serão reclassificados no futuro para resultados do período daqueles que não serão reclassificados. A informação comparativa foi reapresentada na mesma base.

### IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros

O IASB emitiu, em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

A Sociedade não teve impacto na adoção destas alterações.



### **Melhoramentos às IFRS (2009-2011)**

Os melhoramentos anuais do ciclo 2009-2011, emitidos pelo IASB em 17 de Maio de 2012, e adotados pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 301/2013, de 27 de Março, introduziram alterações, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013, às normas IFRS 1, IAS 1, IAS 16, IAS 32, IAS 34 e IFRIC 2.

#### **IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras**

Os melhoramentos clarificam a diferença entre informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima exigida. Geralmente, a informação comparativa mínima exigida é a do período anterior.

#### **IAS 16 – Activos Fixos Tangíveis**

A IAS 16 foi alterada no sentido de clarificar o conceito de equipamentos de serviço que possam cumprir a definição de activos fixos tangíveis não sendo assim contabilizado em inventários.

#### **IAS 32 – Instrumentos Financeiros e IFRIC 2**

Estas normas foram ajustadas de forma a clarificar que impostos relacionados com distribuição de dividendos a detentores de capital seguem o tratamento preconizado na “IAS 12 – Impostos sobre o Rendimento”, evitando assim qualquer interpretação que possa significar uma outra aplicação.

#### **IAS 34 – Reporte Financeiro Intercalar**

As alterações à IAS 34 permitem alinhar as exigências de divulgação para o total dos ativos dos segmentos com o total dos passivos, nos períodos intercalares. Estes melhoramentos permitem igualmente que a informação intercalar fique consistente com a informação anual no que respeita à modificação efetuada quanto à designação da demonstração de resultados e outro rendimento integral.

A Sociedade não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adoção destas alterações.

### **IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor**

O IASB emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor”, com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de Dezembro.

De acordo com as disposições transitórias da IFRS 13, a Sociedade adotou a nova definição de justo valor prospectivamente. As alterações não tiveram um impacto significativo na mensuração dos ativos e passivos da Sociedade, mas foram incluídas novas divulgações nas demonstrações financeiras conforme exigido pela IFRS 13. Para estas novas divulgações não foram incluídas comparações de acordo com o previsto na norma para o primeiro ano de aplicação. No entanto, na exata medida que essas divulgações já fossem exigidas por outras normas em vigor antes da IFRS 13, a Sociedade proporcionou informação comparativa relevante já divulgada ao abrigo dessas normas.

### **IFRIC 20 – Custos de descobertura na fase de produção de uma mina a céu aberto**

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu, em 19 de Outubro de 2011, a “IFRIC 20 – Custos de descobertura na fase de produção de uma mina a céu aberto”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta Interpretação foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de Dezembro.

Dada a natureza das operações da Sociedade, esta interpretação não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras.

**A Sociedade decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia:**

#### ***IAS 32 (Alterada) – Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros***

O IASB emitiu, em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

A Sociedade não espera impactos significativos decorrentes da adoção destas alterações, tendo em conta que a política contabilística adotada encontra-se em linha com a orientação emitida.

#### **IAS 27 (Alterada) - Demonstrações Financeiras Separadas**

O IASB emitiu, em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas”, com data efetiva de aplicação (de forma prospetiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro.

Tendo presente que a IFRS 10 endereça os princípios de controlo e estabelece os requisitos relativos à preparação de demonstrações financeiras consolidadas, a IAS 27 (alterada) passa a regular, exclusivamente, as contas separadas.

As alterações visaram, por um lado, clarificar as divulgações exigidas por uma entidade que prepara demonstrações financeiras separadas, passando a ser requerida a divulgação do local principal (e o país da sede) onde são desenvolvidas as atividades das subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto, mais significativos e, se aplicável, da empresa-mãe.

A anterior versão exigia apenas a divulgação do país da sede ou residência de tais entidades.

Por outro lado, foi alinhada a data de entrada em vigor e a exigência de adoção de todas as normas de consolidação em simultâneo (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 e alterações à IAS 28).

A Sociedade não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

#### **IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas**

O IASB emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

A IFRS 10, revoga parte da IAS 27 e a SIC 12, e introduz um modelo único de controlo que determina se um investimento deve ser consolidado.

O novo conceito de controlo envolve a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre ambos. Um investidor controla uma investida quando esteja exposto (ou tenha direitos) à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com a investida e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido sobre a investida (controlo de facto). O investidor considera em que medida controla as atividades relevantes da investida, tendo em consideração o novo conceito de controlo. A avaliação deve ser feita em cada período de reporte já que a relação entre poder e exposição à variabilidade nos retornos pode alterar ao longo do tempo.

O controlo é usualmente avaliado sobre a entidade jurídica, mas também pode ser avaliado sobre ativos e passivos específicos de uma investida (referido como “silos”).

A nova norma introduz outras alterações como sejam: (i) os requisitos para subsidiárias no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas transitam da IAS 27 para esta norma e, (ii) incrementam-se as divulgações exigidas, incluindo divulgações específicas sobre entidades estruturadas, sejam ou não consolidadas.

A Sociedade está a avaliar a introdução desta alteração, no entanto não antecipa qualquer impacto significativo.

#### **IFRS 11 - Acordos Conjuntos**

O IASB emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 11 – Acordos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova norma, que vem revogar a IAS 31 e a SIC 13, define “controlo conjunto”, introduzindo o modelo de controlo definido na IFRS 10 e exige que uma entidade que seja parte num “acordo conjunto” determine o tipo de acordo conjunto no qual está envolvida (“operação conjunta” ou “empreendimento conjunto”), avaliando os seus direitos e obrigações.

A IFRS 11 elimina a opção de consolidação proporcional para entidades conjuntamente controladas. As entidades conjuntamente controladas que satisfaçam o critério de “empreendimento conjunto” devem ser contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial (IAS 28).

A Sociedade está a avaliar a introdução desta alteração, no entanto não antecipa qualquer impacto significativo.

#### **IAS 28 (Alterada) - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos**

O IASB emitiu, em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma prospetiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que sejam imperativamente aplicáveis após 1 de Janeiro de 2014.

Como consequência das novas IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi alterada e passou a designar-se de IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, e regula a aplicação do método de equivalência patrimonial aplicável, quer a empreendimentos conjuntos quer a associadas.

A Sociedade não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

#### **IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades**

O IASB emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

O objetivo da nova norma é exigir que uma entidade divulgue informação que auxilie os utentes das demonstrações financeiras a avaliar: (i) a natureza e os riscos associados aos investimentos em outras entidades e; (ii) os efeitos de tais investimentos na posição financeira, performance e fluxos de caixa.

A IFRS 12 inclui obrigações de divulgação para todas as formas de investimento em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, veículos especiais e outros veículos que estejam fora do balanço.

A Sociedade está ainda a analisar os impactos da aplicação plena da IFRS 12 em linha com a adoção das IFRS 10 e IFRS 11.

#### **Entidades de Investimento – Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (emitida em 31 de Outubro de 2012)**

As alterações efetuadas aplicam-se a uma classe particular de negócio que se qualifica como “entidades de investimento”. O IASB define o termo de “entidade de investimento” como um entidade cujo propósito do negócio é investir fundos com o objetivo de obter retorno de apreciação de capital, de rendimento ou ambos. Uma entidade de investimento deverá igualmente avaliar a sua performance no investimento com base no justo valor. Tais entidades poderão incluir organizações de *private equity*, organizações de capital de risco ou capital de desenvolvimento, fundos de pensões, fundos de saúde e outros fundos de investimento.

As alterações proporcionam uma eliminação do dever de consolidação previstos na IFRS 10, exigindo que tais entidades mensurem as subsidiárias em causa ao justo valor através de resultados em vez de consolidarem. As alterações também definem um conjunto de divulgações aplicáveis a tais entidades de investimento.

As alterações aplicam-se aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2014, com uma adoção voluntária antecipada. Tal opção permite que as entidades de investimento possam aplicar as novas alterações em simultâneo com a adoção dos restantes critérios da IFRS 10. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1174/2013, de 20 de Novembro.

A Sociedade está ainda a analisar os impactos da aplicação desta alteração.

#### **IAS 36 (Alterada) - Imparidade de Ativos: Divulgação da Quantia Recuperável dos Ativos Não-Financeiros**

O IASB emitiu, em 29 de Maio de 2013, a alteração em epígrafe com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1374/2013, de 19 de Dezembro.

O objetivo das alterações foi clarificar o âmbito das divulgações de informação sobre o valor recuperável dos ativos, quando tal quantia seja baseada no justo valor líquido dos custos de venda, sendo limitadas a ativos com imparidade.



### **IAS 39 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Novação de Derivados e Continuação da Contabilidade de Cobertura**

O IASB emitiu, em 27 de Junho de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1375/2013, de 19 de Dezembro.

O objetivo destas alterações foi flexibilizar os requisitos contabilísticos de um derivado de cobertura, em que haja a necessidade de alterar a contraparte de liquidação (“clearing counterparty”) em consequência de alterações em leis ou regulamentos. Tal flexibilidade significa que a contabilidade de cobertura continua independentemente da alteração da contraparte de liquidação (“novação”) que, sem a alteração ocorrida na norma, deixaria de ser permitida.

### **Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a Sociedade:**

#### **IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados**

O IASB emitiu, em 21 de Novembro de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014.

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

#### **IFRIC 21 – Taxas**

O IASB emitiu, em 20 de Maio de 2013, esta interpretação com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova interpretação define taxas (levy) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o específico evento que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre. Não é expectável que a IFRIC 21 venha a ter impactos nas demonstrações financeiras da Sociedade.

#### **Melhoramentos às IFRS (2010-2012)**

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012 emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013, introduzem alterações com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2014, às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38.

#### **IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (vesting)**

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição (vesting)” contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

#### **IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais**

O objetivo da alteração visa clarificar certos aspetos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um ativo ou passivo não-financeiro.

#### **IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos ativos dos segmentos reportáveis e os ativos da empresa**

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os fatores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis para o total dos ativos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

#### **IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo**

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39, não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor atual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja factura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o paragrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

IAS 16 e IAS 40 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depende da selecção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada é calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

IAS 24 – Transações com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP), quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

**Melhoramentos às IFRS (2011-2013)**

Os melhoramentos anuais do ciclo 2011-2013, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013, introduziram alterações com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40.

IFRS 1 – Conceito de “IFRS efetivas”

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

IFRS 3 – Exceções ao âmbito de aplicação para joint ventures

As alterações excluem do âmbito da aplicação da IFRS 3, a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como definidos na IFRS 11. Tal exceção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de joint ventures ou às próprias joint ventures.

IFRS 13 – Âmbito do parágrafo 52 – exceção de portefólios

O parágrafo 52 da IFRS 13 inclui uma exceção para mensurar o justo valor de grupos de ativos ou passivos na base líquida. O objetivo desta alteração consiste na clarificação que a exceção de portefólios aplicam-se a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de ativo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.

IAS 40 – Inter-relação com a IFRS 3 quando classifica propriedades como propriedades de investimento ou imóveis de uso próprio

O objetivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um ativo, de um grupo de ativos ou de uma concentração de uma atividade operacional abrangida pela IFRS 3.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010 e 2013)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. O IASB tem presentemente um projeto em curso para proceder a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 (2009) representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém duas categorias primárias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado e justo valor. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo de forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Todos os restantes ativos financeiros serão mensurados ao justo valor. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em outro rendimento integral (OCI). Nenhuma quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, serão mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra de forma a determinar se é mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A data em que a IFRS 9 se torna efetiva não se encontra ainda estabelecida mas será determinada quando as fases em curso ficarem finalizadas.

A Sociedade iniciou um processo de avaliação dos efeitos potenciais desta norma mas encontra-se a aguardar o desfecho das alterações anunciadas, antes de completar a respetiva avaliação. Dada a natureza das atividades da Sociedade, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Sociedade.



INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ano: 2013  
 Empresa de Seguros: Agias  
 Nº de identificação: Ant6nio Oliveira  
 Ident. do resp. pela informação:

Valores em euros

Anexo	CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
								unitário	Total
9271492801N	1	Inventário de Títulos e Participações Financeiras NPCE							
	1.1	FILIAIS ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E							
	1.1.01	Títulos Nacionais							
	1.1.01	Períodos de capital em filiais							
	1.1.02	Sub-Total							
	1.1.02	Períodos de capital em associadas							
	1.1.03	Sub-Total							
	1.1.03	Períodos de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.1.04	Sub-Total							
	1.1.04	Períodos de capital em outras empresas participadas e participantes							
	1.1.04	Servença-EMP.Prestação de Serv. ACE							
	1.1.05	Sub-Total							
	1.1.05	Títulos de dívida de filiais							
	1.1.06	Sub-Total							
	1.1.06	Títulos de dívida de associadas							
	1.1.07	Sub-Total							
	1.1.07	Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.08	Sub-Total							
	1.1.08	Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	1.1.09	Sub-Total							
	1.1.09	Outros títulos em filiais							
	1.1.10	Sub-Total							
	1.1.10	Outros títulos em associadas							
	1.1.11	Sub-Total							
	1.1.11	Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
1.1.12	Sub-Total								
1.1.12	Outros títulos de outras empresas participadas e participantes								
1.1.12	Sub-Total								
1.1	Sub-Total								
1.2	Títulos Estrangeiros								
1.2.01	Períodos de capital em filiais								
1.2.01	Sub-Total								
1.2.02	Períodos de capital em associadas								
1.2.02	Sub-Total								
1.2.03	Períodos de capital em empreendimentos conjuntos								
1.2.03	Sub-Total								
1.2.04	Períodos de capital em outras empresas participadas e participantes								
1.2.04	Sub-Total								
1.2.05	Títulos de dívida de filiais								
1.2.05	Sub-Total								
1.2.06	Títulos de dívida de associadas								
1.2.06	Sub-Total								
1.2.07	Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos								
1.2.07	Sub-Total								
1.2.08	Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes								
1.2.08	Sub-Total								
1.2.09	Outros títulos em filiais								
1.2.09	Sub-Total								
1.2.10	Outros títulos em associadas								
1.2.10	Sub-Total								
1.2.11	Outros títulos em empreendimentos conjuntos								
1.2.11	Sub-Total								
1.2.12	Outros títulos de outras empresas participadas e participantes								
1.2.12	Sub-Total								
1.2	Sub-Total								
1	Total								
2	OUTROS								
2.1	Títulos Nacionais								
2.1.1	Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.1.1.1	Ações								
2.1.1.1	Sub-Total								
2.1.1.2	Títulos participação								
2.1.1.2	Sub-Total								
2.1.1.3	Unidades de participação em fundos de investimento								
2.1.1.3	Sub-Total								
2.1.1.4	Outros								
2.1.1.4	Sub-Total								
2.1.1	Sub-Total								
2.1.2	Títulos de dívida								
2.1.2.1	De dívida pública								
2.1.2.1	Portugal T-Bill Qtr 21/03/14								
2.1.2.1	Sub-Total								
2.1.2.2	De outros emissores públicos								
2.1.2.2	Sub-Total								
2.1.2.3	De outros emissores								
2.1.2.3	Sub-Total								
2.1.2	Sub-Total								
2.1	Sub-Total								
2.2	Títulos Estrangeiros								
2.2.1	Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.2.1.1	Ações								
2.2.1.1	Sub-Total								
2.2.1.2	Títulos de participação								

99,85996	20000000	19.971.952,60	99,795	19.957.000,00
	20000000	19.971.952,60		19.957.000,00
	20000000	19.971.952,60		19.957.000,00
	20000000	19.971.952,60		19.957.000,00

PTPBTBGE002

PTP8T8GE002

7

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ano: 2013  
 Empresa de Seguros: Ageas  
 Nº de identificação: António Oliveira  
 Ident. do resp. pela informação:

Valores em euros

Anexo	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS							Valor de balanço		
	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	unitário	Total	
EU000AIGMAG3	2.2.1.2	Sub-Total								
	2.2.1.3	Unidades de participação em fundos de investimento								
	2.2.1.3	Sub-Total								
	2.2.1.4	Outros								
	2.2.1.4	Sub-Total								
	2.2.1	Sub-Total								
	2.2.2	Títulos de dívida								
	2.2.2.1	De dívida pública								
	2.2.2.1	Belgium T-Bill 0% 13/03/14		35000000	99,98091		34.993.319,19	99,987	34.995.450,26	
	2.2.2.1	French Discount T-Bill BTF CPZ 20/03/14		35000000	99,96557		34.988.258,34	99,973	34.990.350,00	
	2.2.2.1	German T-Bill 0% 26/03/14		35000000	99,96591		34.995.686,61	99,975	34.991.250,00	
	2.2.2.1	Sub-Total		105000000			104.976.686,14		104.977.250,26	
	2.2.2.2	De outros emissores públicos								
	2.2.2.2	EFSS 1% 12/03/14		20000000	100,159		20.031.800,00	100,90548	20.181.095,91	
	2.2.2.2	Sub-Total		20000000			20.031.800,00		20.181.095,91	
	2.2.2.3	De outros emissores								
	2.2.2.3	Sub-Total								
	2.2	Sub-Total								
	2.3	Derivados de Negociação			125000000			125.008.486,14		125.158.346,17
	2.3	Sub-Total			125000000			125.008.486,14		125.158.346,17
	2.4	Derivados de Cobertura								
2.4	Sub-Total									
2	Total			145000000			144.980.478,74		145.115.346,17	
3	TOTAL GERAL									
3	Total	750		145000000			144.981.226,74		145.116.095,17	
3	TOTAL GERAL									

Anexo 1

Handwritten signatures and initials in blue ink.